

1 **Ata de Reunião (Nº 352)**

2 No primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, por meio  
3 de videoconferência, realizou-se Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência  
4 (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: Adriana Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I),  
5 Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP  
6 RPPS CODEL II), Estevan Pietro, Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I), Rosimere Cleide  
7 Souza Desidério (CP RPPS CODEL II), Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II).  
8 Participaram, também, os membros suplentes: Bruno Santana Costa, Rosycarmen Pontes Gestal  
9 Alvares (CP RPPS CODEL I) e Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I). Ainda,  
10 participaram da reunião o Diretor Superintendente, Coronel Miguel Elias Daffara (CP RPPS  
11 DIRIG I), o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I,  
12 CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III) e, como expectador, o servidor  
13 Carlos Henrique de Oliveira. **A reunião contou com a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios:**  
14 **1.1) Verificação de quórum legal. II – Ordem da Pauta do dia: 2.1) Apresentação, pelo**  
15 **atuário, das simulações/cenários encaminhados aos conselheiros, referentes a hipótese de**  
16 **reposição de segurados, aporte de imposto de renda e outros.** A reunião teve início com a  
17 verificado do quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº  
18 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente, Adriano Antônio  
19 Pazianoto, cumprimentou a todos e informou que essa reunião extraordinária foi marcada para que  
20 o atuário, Thiago Fernandes, apresentasse as simulações de alguns cenários projetados para busca  
21 do equacionamento do déficit atuarial, em conformidade com a Portaria MPS nº 3.811/2024,  
22 conforme documentos encaminhados aos membros com antecedência. Passada a palavra ao atuário,  
23 Thiago Fernandes saudou os presentes e informou que havia preparado uma apresentação para  
24 facilitar a visualização dos dados. Ele explicou que elaborou cenários de equacionamento do déficit  
25 atuarial e reestruturação com base na Portaria MPS nº 3.811/2024, publicada no final do ano  
26 anterior, que disciplinou a inclusão da premissa de reposição de servidores na avaliação atuarial. Ele  
27 detalhou o conceito da nova premissa, dizendo que a avaliação atuarial, que antes estimava os custos  
28 apenas da geração atual de servidores, agora pode fazer uma estimativa da geração futura. A  
29 reposição de servidores considera a admissão de novos funcionários para suprir os cargos vagos  
30 por aposentadoria ou óbito. Essa premissa tende a trazer um resultado positivo para o plano, pois  
31 os novos servidores entram com regras mais rigorosas (sem integralidade, paridade e limitados ao  
32 teto do RGPS) e, portanto, um custo previdenciário menor. No entanto, a contribuição arrecadada  
33 sobre eles se mantém no patamar atual (14% do segurado e 25% do patronal). Em seguida, Thiago  
34 Fernandes apresentou um estudo de aderência para comprovar a viabilidade da utilização da  
35 premissa de reposição no município. A Portaria MPS nº 3.811/2024 exige uma análise do histórico  
36 dos últimos cinco anos, mas o estudo abrangeu os últimos dez anos (de 2015 a 2024). A análise  
37 mostrou que, exceto pelo período da pandemia (2020-2021), o número de novas admissões no  
38 município de São José do Rio Preto superou consistentemente o número de saídas, demonstrando  
39 a prática de reposição. Ele mostrou um gráfico comparando o número acumulado de admissões e  
40 saídas, onde a linha de entradas estava sempre acima da de saídas, confirmando o aumento do  
41 quadro de servidores ao longo dos anos. Por prudência, a simulação foi feita com base na

42 manutenção do quantitativo atual de servidores, ou seja, reposição de "um para um", em vez de  
43 projetar um aumento. Thiago Fernandes lembrou que a avaliação atuarial de 2025 apurou um  
44 déficit de R\$ 2,508 bilhões. No entanto, o plano de amortização da Lei Complementar 745/2024 é  
45 suficiente para equacionar esse déficit. Disse que a Portaria MPS nº 3.811/2024 permite que as  
46 novas estimativas de reposição de servidores impactem o resultado atuarial e, conseqüentemente, a  
47 definição do plano de custeio, ajudando a buscar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.  
48 Thiago Fernandes então mostrou que, mantendo as alíquotas como estão, em 14% para os  
49 servidores e 25% para os entes, a geração futura teria um superávit de cerca de R\$ 448 milhões, ou  
50 seja, há uma expectativa de receitas maior do que a expectativa de despesas para essa nova massa  
51 de segurados, e a Portaria MPS nº 3.811/2024 permite incorporar esse resultado ao resultado  
52 atuarial do plano, porém, limitado a 70% em 2025, para os RPPS que possuem certificação Nível  
53 IV do Pró-Gestão, sendo que a cada ano aumenta em 10% essa incorporação, até atingir 100%.  
54 Portanto, do superávit apurado de cerca R\$ 448 milhões, R\$ 313,7 milhões poderão ser somado ao  
55 resultado atuarial, o faria com que o déficit atuarial diminuísse de R\$ 2,508 bilhões para R\$ 2,194  
56 bilhões. Thiago Fernandes explica que, com esse novo resultado, o plano de equacionamento do  
57 déficit pode ser revisado, sendo que o reajuste feito com base na Portaria MPS nº 861 /2023, que  
58 possibilita alíquotas menores até 2026, ou seja, para 2025 é obrigatório o pagamento de pelo menos  
59 1/3 dos juros e para 2026 2/3, sendo que a partir de 2027 o pagamento é integral, ficando as  
60 alíquotas suplementares assim: 13% para 2025 (ao invés de 17%), 16% para 2026 (ao invés de 19%),  
61 e 23,24% a partir de 2027 (ao invés de 28,60%). Rosycarmen Pontes Gestal Alvares afirma ter receio  
62 de já se propor uma redução das alíquotas suplementares, e questiona se não seria o caso de se  
63 aguardar uma consolidação das premissas adotadas. Adriano Antônio Pazianoto explica que se trata  
64 apenas de uma apresentação dos estudos realizados, que nada será deliberado por enquanto, que  
65 esses estudos foram solicitações dos próprios conselheiros para analisarem os impactos de da  
66 adoção dessas premissas. Thiago Fernandes esclarece que essa demonstração serve para demonstrar  
67 que um eventual impacto no déficit atuarial pode se transformar em eventual adequação do plano  
68 de amortização, uma vez que foi possível uma redução déficit um novo plano de custeio pode ser  
69 simulado, mas, isso não necessariamente precisa acontecer, como na própria avaliação atuarial  
70 vigente pode ser visto que o atual plano de amortização é cerca de R\$ 200 milhões superior ao  
71 déficit, mas as alíquotas foram mantidas. Em relação a destinação à RioPretoPrev dos recursos  
72 provenientes das retenções de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, também foi realizado  
73 um estudo desse impacto, e foi constando que tal arrecadação equivaleria a uma média R\$ 2,5  
74 milhões por mês. Thiago Fernandes explica que para a Prefeitura teria que abrir mão desse valor  
75 por mês, mas, para o RPPS, atuarialmente, o impacto é muito maior, pois pode se prever a  
76 arrecadação futura desse valor, tanto dos benefícios atuais quanto dos benefícios futuros, com  
77 capitalização que, trazido a valor presente, pode refletir positivamente no déficit atuarial também.  
78 Thiago Fernandes, então, mostra que o isso traria um impacto positivo na ordem de R\$ 770 milhões  
79 na arrecadação e, conseqüentemente, na diminuição do déficit, que viria para cerca de R\$ 1,736  
80 bilhões, ante os R\$ 2,508 bilhões atuais. E se somar a impacto da adoção da geração futura, o déficit  
81 cairia para R\$ 1,422 bilhões. Adriana Rambaiolo Tonin disse que há possibilidade de isenção de  
82 imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e isso traria um impacto grande nessa expectativa

**RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto**

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: riopretoprev@riopreto.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>

83 de arrecadação com IRRF, por isso pergunta ao atuário se ele chegou a estimar essa possibilidade.  
84 Thiago Fernandes informou que não, pois não é possível saber como ficará essa tabela, caso  
85 aprovada, mas é uma preocupação, tanto para aqueles RPPS que já tem isso implementado quanto  
86 para aqueles que pretendem. Thiago Fernandes disse que, caso implementada essa hipótese,  
87 qualquer alteração na tabela de IRRF ensejaria uma revisão do plano de custeio, que pode ser feito  
88 a qualquer momento, assim como uma alteração da tabela salarial ou outra alteração de qualquer  
89 hipótese, por isso a avaliação atuarial é feita anualmente, para identificar possíveis frustrações de  
90 expectativas e revisar o plano de custeio, se for o caso. A conselheira suplente, Rosycarmen Pontes  
91 Gestal Alvares, disse acreditar que quando o colegiado for realmente discutir a implantação de  
92 alguma dessas hipóteses sejam analisados cenário, um pessimista, um neutro e um mais otimista,  
93 não apenas um cenário, pois os estudos são feitos com base em expectativas e há também o  
94 componente político, que traz mais incerteza. Thiago Fernandes, continuando a apresentação,  
95 mostra uma simulação de revisão da alíquota suplementar utilizando a premissa da reposição de  
96 segurados, a chamada geração futura, somada ao impacto do repasse do IRRF, que faria com a  
97 alíquota suplementar pudesse ser de 12% em 2025 e 2026, 13% em 2027 e 14,89% a partir de 2028.  
98 Em outra simulação realizada, Thiago Fernandes apresentou qual seria o impacto caso fosse feita a  
99 reforma da previdência nos moldes da EC nº 103/2019, conjuntamente com a adoção da geração  
100 futura e do repasse do IRRF, mostrando que o déficit atuarial iria de R\$ 2,508 bilhões para R\$ 666,12  
101 milhões, o que possibilitaria que as alíquotas suplementares fossem fixadas em uma alíquota única  
102 de 5,57% de 2025 a 2065, lembrando que o RPPS que fizer a reforma pode ter esse novo prazo  
103 para equacionamento do déficit, que é até 2065. Ainda, Thiago Fernandes disse que foi feita uma  
104 outra simulação com base na proposta de reforma previdenciária apresentada pela RioPretoPrev,  
105 sendo que, nesse caso, como essa reforma não é tão severa quanto a da EC nº 103/2019, o déficit  
106 cairia de 2,508 bilhões para R\$ 900,1 milhões, se implantadas as hipóteses da geração futura e do  
107 repasse de IRRF também. E nesse caso também seria possível a implantação de uma alíquota  
108 suplementar única, agora de 7,52% até 2065. Enfim, Thiago Fernandes disse que foram essas as  
109 simulações feitas, se coloca à disposição para outras simulações, caso os conselheiros achem  
110 necessário, e diz que essa busca por possibilidades que objetivem a diminuição do déficit não visa  
111 apenas diminuir a contribuição do ente, mas, visa trazer maiores garantias para a viabilidade da  
112 RioPretoPrev, garantindo uma maior capacidade para pagamento dos benefícios previdenciários.  
113 Adriana Rambaiole Tonin disse que no estudo que recebeu sobre a geração futura, há algumas  
114 fórmulas, mas ela disse que não viu o desenvolvimento dos cálculos no estudo e pergunta onde  
115 aquelas fórmulas foram utilizadas e onde estão os cálculos. Thiago Fernandes explica que se trata  
116 da nota técnica, pois todo estudo que é feito traz uma nota técnica indicando as fórmulas utilizadas  
117 para, no caso, simular a reposição de servidores sobre a hipótese da geração futura. Mas, Thiago  
118 Fernandes disse que na apresentação consta apenas o somatório, o resultado dos cálculos, pois eles  
119 são feitos para cada servidor e beneficiário, mas poderia encaminhar a planilha de cálculos.  
120 Rosycarmen Pontes Gestal Alvares também disse que gostaria de ver no estudo, pelo menos, um  
121 desenvolvimento de cada fórmula, como exemplo, para que os conselheiros pudessem tentar  
122 entender melhor como se chega aos resultados. Rosycarmen Pontes Gestal Alvares também  
123 pergunta sobre a reposição de servidores, pois pelo que entendeu é feito um estudo empírico dessa

124 reposição nos últimos 5 anos, mas, o servidor que repõe a saída de outro não necessariamente é no  
125 mesmo cargo, por isso gostaria de saber se essa escolha do cargo não influenciaria nos resultados,  
126 haja vista que há vários cargos com diferentes salários e progressões salariais. Thiago Fernandes  
127 explica que a legislação diz que o estudo de aderência da reposição deve analisar, no mínimo, 5  
128 anos, mas no caso da RioPretoPrev foram analisados os últimos 10 anos, porém, a legislação não  
129 normatiza sobre como será feita a reposição, só diz que precisa ser de forma conservadora. Thiago  
130 Fernandes explica que a reposição adotada simula a entrada de um novo servidor com as mesmas  
131 características daquele que está saindo, tanto no cargo quando no sexo e outros critérios que possam  
132 interferir no tempo de aposentadoria. Quanto ao nível salarial, Thiago Fernandes disse que é feita  
133 uma regressão, com desconto pela taxa de crescimento salarial, para estimar o salário inicial daquela  
134 pessoa que saiu do plano, para que a que entre tenha a mesma característica. Rosycarmen Pontes  
135 Gestal Alvares pontuou é necessário considerar a grande evolução tecnológica atual, o que pode  
136 fazer que no futuro não seja necessário o mesmo número de servidores. Thiago Fernandes afirmou  
137 ser muito complexo estimar o impacto da tecnologia na força de trabalho, que ainda não viu  
138 nenhum estudo consistente demonstrando esse decréscimo ou substituição da força de trabalho  
139 pela inteligência artificial, por exemplo, ainda mais no serviço público, que tem características  
140 diferentes da iniciativa privada. Ainda, Thiago Fernandes explicou que a legislação exige não só o  
141 estudo pretérito para verificar se a reposição de servidores tem ocorrido, mas, principalmente, a  
142 manifestação do ente federativo sobre suas perspectivas de agora em diante, declarando que  
143 pretende manter esse número de reposição dos cargos. Thiago Fernandes disse que é não é possível  
144 estimar uma reposição maior do que de um para um, mesmo que o estudo do passado demonstre  
145 que isso ocorro, por prudência, mas, seria possível simular uma reposição menor, por exemplo da  
146 reposição de 0,7 servidor para um que saia. Parece estranho, mas, é como se a cada 3 servidores que  
147 saíssem entrasse 2. Adriano Antônio Pazianoto pediu para que o atuário apresentasse a simulação  
148 feita apenas com a estimativa das hipóteses de geração futura e a da realização da reforma da  
149 previdência discutida na RioPretoPrev, sem o repasse do imposto de renda. Thiago Fernandes  
150 explicou que se adotada a reforma sugerida pela RioPretoPrev e a hipótese da geração futura, o  
151 déficit viria de R\$ 2,508 bilhões para R\$ 1,609 bilhões, o que poderia ajustar a alíquota suplementar  
152 para 11% em 2025 e 2026, e a partir de 2017 mantê-la em 13,70% até 2065, esticando o prazo de  
153 amortização por conta da reforma. Silvana Aparecida da Rocha Delfino disse que gostaria de ver  
154 uma simulação atuarial simulando que o PASEP deixe de ser pago, o que pode acontecer com a  
155 aprovação da PEC 66/2023. Thiago Fernandes que apenas deixar de pagar o PASEP não traria  
156 impacto atuarial, uma vez que ele é pago com recursos da taxa administrativa, não com recursos  
157 previdenciários, mas, há uma discussão sobre a possibilidade de os RPPS pagarem o PASEP dos  
158 rendimentos com investimentos com recursos previdenciários, isso poderia causar um impacto,  
159 pois reduziria a taxa de rentabilidade e, conseqüentemente, reduziria a meta atuarial e o déficit seria  
160 impactado. Rosimere Cleide Souza Desidério disse que, pelo que entendeu, sobre o estudo da  
161 geração futura, a grande diferença se dá não pelo salário, mas pelo tipo de aposentadoria, pois esses  
162 novos servidores já terão outra regra de aposentadoria, não terá mais integralidade. Thiago  
163 Fernandes afirmou que a conselheira está correta, que é importante ressaltar, não somente em  
164 relação a geração futura, mas em relação a geração atual, que quando se fala de custo previdenciário

165 o valor do salário não significa que essa pessoa vai ter um custo maior ou menor, obviamente vai  
166 ter um custo de contribuição proporcional, pois o que influencia o custo previdenciário em  
167 percentual sobre o salário são, de fato, as regras de aposentadoria, idade, tempo de contribuição,  
168 fórmula de cálculo do benefícios e expectativas de sobrevivência, além da taxa de crescimento  
169 salarial, mais significativamente para quem aposenta com a última remuneração. Adriano Antônio  
170 Pazianoto perguntou ao atuário como se daria o acompanhamento da aderência ou evolução caso  
171 seja adotada a hipótese da geração futura, é no estudo atuarial ou no estudo de aderência. Thiago  
172 Fernandes disse que essa hipótese é nova, ao longo do tempo a forma de acompanhamento deve  
173 ser aprimorada, mas, acredita que esse acompanhamento pode ser feito através do estudo atuarial  
174 anual, comparando o que era esperado de saída e entradas e o que se concretizou. Porém, o atuário  
175 ressalta que é importante ter em mente que a reposição pode não se dar imediatamente a saída, ela  
176 pode demorar um pouco. Por isso Thiago Fernandes disse acreditar que o acompanhamento deve  
177 ser anual, mas, não quer dizer que há um problema se no primeiro ano as saídas e entradas não  
178 casarem. Rosycarmen Pontes Gestal Alvares disse que nas políticas públicas, quando elas são  
179 pensadas, isso deveria ser pensado, não é possível ficar à mercê da boa vontade. Thiago Fernandes  
180 disse que sim, mas, mesmo que previsto, pode-se levar um tempo para se efetivar, pois depende de  
181 concurso público e outros fatores que podem fazer com que demore um pouco mais, por isso deve  
182 ser analisado um horizonte maior para tomar alguma atitude quanto a revisão de uma premissa.  
183 Adriana Rambaiolo Tonin pergunta ao atuário se é possível fazer uma simulação do repasse do  
184 IRRF com base na última proposta de revisão da tabela que está tramitando, ao que Thiago  
185 Fernandes responde que é possível. Adriana Rambaiolo Tonin disse que tem algumas projeções  
186 para o futuro, como a mudança para o regime celetista, e isso seria um balde de água fria. Adriano  
187 Antônio Pazianoto explicou que um novo servidor estatutário custa para o ente o seu salário mais  
188 cerca de 50% de contribuições, já um servidor contrato via CLT custaria bem menos, pois as  
189 contribuições seriam cerca de 21%-29%, por isso a adoção da geração futura pode ajudar a garantir  
190 que o município contrate servidores estatutários, pois ele terá que se comprometer com essa  
191 reposição de estatutários. Adriano Antônio Pazianoto também comentou sobre a questão de a  
192 tecnologia substituir servidores, disse que a maioria dos servidores repostos nos últimos anos são  
193 guardas municipais, agentes administrativos (que atendem o público na ponta) e professores, por  
194 isso não acredita que isso influenciará drasticamente. Adriana Rambaiolo Tonin diz que um grande  
195 problema é a terceirização. Rosycarmen Pontes Gestal Alvares disse que ela que levantou essa  
196 questão da tecnologia, que apesar de parecer distante acredita que deve ser levado em conta, mas,  
197 também acredita que professores não serão substituídos por IA ou outras tecnologias. Silvana  
198 Aparecida da Rocha Delfino disse que, caso se adote a geração futura e o município não faça a  
199 reposição, o plano de custeio terá que ser revisto e a alíquota suplementar do município irá subir  
200 novamente, ou seja, para ele não será vantajoso. Sobre a mudança do regime de contratação, de  
201 estatutário para celetista, Giuliano Cléber Coltro acha improvável, em relação ao custo mesmo, pois  
202 a hora extra, insalubridade, periculosidade, funções gratificadas, além da contribuição ao INSS à  
203 contribuição para o FGTS, outra questão são os turnos de trabalho, que no caso dos celetistas tem  
204 que ser definido e assinado ou com o servidor ou com os sindicatos, o que tiraria a autonomia do  
205 município em definir escalas. Giuliano Cléber Coltro também deu o exemplo do período da

206 pandemia, onde o Ministério do Trabalho fiscaliza ao celetistas em relação a jornada e EPI, e quem  
207 ficou na linha de frente tendo que se desdobrar como podia para dar atendimento foram os  
208 servidores estatutários. Por isso Giuliano Cléber Coltro acredita essa migração não acontecerá. Ao  
209 final da discussão, Adriana Rambaiolo Tonin pergunta ao atuário se ele pode encaminhar a  
210 bibliografia sobre o assunto, de preferência em português. Thiago Fernandes disse que ainda não  
211 há uma bibliografia que discipline a questão da geração futura, mas, o que é feito é replicar a  
212 bibliografia da geração atual para a geração futura, e disse que encaminhará à RioPretoPrev, mas,  
213 não há bibliografia em português que chegue ao nível de detalhamento necessário, mas disse que  
214 procurará algo que possa ajudar, mas não será a bibliografia de fato utilizada, pois ela é em inglês.  
215 Então, encaminhando para o término da reunião, o presidente, Adriano Antônio Pazianoto passa a  
216 palavra ao Diretor Superintendente, caso ele queira se pronunciar. O Cel. Miguel Elias Daffara  
217 agradeceu a oportunidade e a apresentação do atuário, Thiago Fernandes. Disse que essa reunião  
218 extraordinária específica para apresentação e discussão sobre esse tema tão complexo que é o estudo  
219 atuarial é de suma importância, pois esses estudos sobre cenários e possibilidades demonstram a  
220 busca dos conselheiros em diminuir o déficit atuarial. Com a diminuição do déficit haverá uma  
221 maior garantia dos pagamentos dos benefícios futuros, além de possibilitar um ajuste na alíquota  
222 suplementar. Cel. Miguel Elias Daffara afirmou que há que se fazer um esforço para convencer o  
223 Secretário da Fazenda que diminuir o déficit atuarial implica em reduzir as alíquotas de contribuição  
224 suplementar ao longo do tempo, o que fará com que sobre mais recursos para investimento em  
225 outras pastas, para outras políticas públicas. Logo que chegou à RioPretoPrev, o antigo Secretário  
226 da Fazenda lhe disse que era inconstitucional ficar o imposto de renda retido com a Autarquia e, de  
227 fato é. Mas é possível que a Prefeitura possa aportar o equivalente, e isso seria vantajoso, pois ele  
228 abre mão de um valor relativamente pequeno, mas, que trará uma grande economia para a Prefeitura  
229 ao longo dos anos, já que na RioPretoPrev esse recurso é capitalizado, como mostrou o estudo  
230 apresentado pelo atuário. Politicamente, Cel. Miguel Elias Daffara disse crer que para o Prefeito  
231 seria muito bom ser reconhecido como aquele que diminuiu o déficit atuarial e, na sua opinião, o  
232 plano de equacionamento do déficit atual, com alíquota de 28,60% a partir de 2027, é impraticável,  
233 pois somando com a alíquota normal, que é de 25%, a Prefeitura teria que desembolsar 53,60% da  
234 folha mensalmente. Enfim, Cel. Miguel Elias Daffara agradeceu novamente o interesse dos  
235 conselheiros na discussão e pelos questionamentos, que só enriquecem e ajudam no entendimento  
236 do assunto, e agradeceu especialmente ao atuário, Thiago Fernandes, pela didática, pela paciência e  
237 serenidade com que se coloca à disposição para esclarecer todas as dúvidas. O presidente, Adriano  
238 Antônio Pazianoto também agradeceu Thiago Fernandes pela apresentação e esclarecimentos e  
239 encerrou os trabalhos. Enfim, sem mais assuntos, eu, Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital*),  
240 lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária do  
241 Colegiado, Teresa Cristina Sicoli Vilela (*assinatura digital*). Ata aprovada, por unanimidade, na reunião  
242 virtual de 22/09/2025 (reunião extraordinária de setembro de 2025). *Assinaturas Digitais na margem*  
243 *do termo.*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 65C8-EC14-B7B8-6366

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 22/09/2025 17:28:01 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
  
- ✓ **BRUNO SANTANA COSTA (CPF 070.XXX.XXX-84) em 22/09/2025 17:28:55 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **TERESA CRISTINA SICOLI VILELA (CPF 080.XXX.XXX-32) em 23/09/2025 08:20:40 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
  
- ✓ **GIULIANO CLEBER COLTRO (CPF 213.XXX.XXX-59) em 23/09/2025 11:15:41 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
  
- ✓ **ESTEVAN PIETRO (CPF 348.XXX.XXX-48) em 24/09/2025 07:56:25 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
  
- ✓ **ADRIANA RAMBAIOLO TONIN (CPF 070.XXX.XXX-79) em 25/09/2025 07:58:52 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO (CPF 161.XXX.XXX-36) em 25/09/2025 22:06:57 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO (CPF 250.XXX.XXX-16) em 29/09/2025 15:03:19 GMT-03:00**  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROSYCARMEN PONTES GESTAL ALVARES (CPF 127.XXX.XXX-46) em 03/10/2025 09:49:11

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/65C8-EC14-B7B8-6366>